

# Cabo Verde em transição: o caminho para uma nova era energética, digital e financeira



SOFIA COELHO PEREIRA  
Associada Coordenadora  
da Miranda & Associados

Cabo Verde está em transição e esta é a palavra de ordem para o país insular que tem transversalmente procurado reforçar a sua competitividade a nível internacional.

A estratégia nacional de energias renováveis está assente no objetivo de atingir a meta de 100% de toda a eletricidade produzida e consumida em Cabo Verde a partir de fontes energéticas renováveis, seja na rede principal, nas micro-redes isoladas, ou em sistemas individuais. A seleção das fontes nos vários projetos e medidas terá em conta não só parâmetros técnicos como também as diferenças económicas e ambientais e do perfil de consumo de cada uma das nove ilhas habitadas do país. Para além das “tradicionalistas” fontes (como o solar e o eólico), outras fontes e tecnologias, nomeadamente o solar térmico para o aquecimento de água sanitária, serão importantes para se atingirem as metas de independência energética. A gestão da procura, a promoção de processos e equipamentos mais eficientes, a promoção do uso racional de energia, entre outros, são, simultaneamente, elementos estruturantes da trajetória rumo às metas propostas de energias renováveis e de acesso à energia.

A nível digital, Cabo Verde tem igualmente fortes ambições. Está em curso (até 2025) o Projeto Digital Cabo Verde, financiado pelo Banco Mundial, que tem como objetivo acelerar a transformação digital do país e reforçar as bases da competitividade digital com intuito de melhorar a oferta de serviços públicos digitais. Este projeto está alinhado com a visão do país, articulada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, de se tornar um hub de prestação de serviços digitais para África, com recursos humanos altamente capacitados e um mercado dinâmico e crescente.

Neste sentido, está igualmente em curso o projeto Parque Tecnológico Cabo Verde, que se pretende que seja um cluster tecnológico, posicionando Cabo Verde como centro internacional de serviços e como um gateway to Africa de empresas de referência no setor. Em síntese, este projeto consiste na construção de um parque de negócios / ecossistema de inovação e empreendedorismo baseado em tecnologia, onde se privilegia a inovação e se promove: a) condições de excelência para as empresas inovarem, crescerem e serem competitivas, e b) a dinâmica entre empresas, o mercado e a atividade académica e de investigação. Este parque terá dois polos, sendo um na cidade da Praia e o outro no Mindelo, compostos por centro de dados, centro de incubação, centro

de negócios, centro de formação e qualificação e centro de conferências.

O regime de residente não habitual de Cabo Verde (“RNH”), semelhante ao português, tem vindo a adaptar-se à ambição de criação e atração de recursos humanos altamente qualificados, uma vez que na lista de profissionais que podem beneficiar deste regime (aprovada por portaria) constam engenheiros informáticos, especialistas de hardware, web designers, diretores de tecnologias de informação, etc. Note-se que o RNH oferece uma taxa fixa de 10% sobre os rendimentos de trabalho e prestação de serviços.

Em termos financeiros, Cabo Verde tem alinhado também pela modernização do setor, quer a nível regulatório, quer pela maior dinâmica conferida pelos próprios agentes do mercado, designadamente pelo Banco Central e a Bolsa de Valores Mobiliários, a qual conta com ações cotadas de apenas 4 empresas, mas com diversas emissões de obrigações corporate.

De acordo com a informação divulgada pelo Banco de Cabo Verde, está a ser estudada a introdução da moeda digital no país, que deverá acontecer num futuro próximo, depois de analisados os impactos em termos da política monetária e ponderados os desafios e benefícios da transformação digital no sector de pagamentos.

Cabo Verde é também uma das nações africanas que está na vanguarda da regulação do investimento sustentável, existindo já regulamentação da emissão de títulos verdes (green bonds), que correspondem a instrumentos representativos de dívida que podem ser emitidos por entidades públicas ou privadas e que, assim como as obrigações “clássicas”, conferem ao seu titular um direito de crédito face à entidade emitente. A particularidade deste produto financeiro é que o capital investido tem de ser obrigatoriamente aplicado para finalidades associadas ao desenvolvimento de projetos sustentáveis ou à prossecução de benefícios de cariz ambiental ou climático.

Apesar das adversidades vividas nos últimos anos, em particular o impacto avassalador da pandemia na economia do país, Cabo Verde não baixa os braços e continua a apostar num futuro mais verde e digital.

Com o apoio

**MIRANDA**  
Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL